



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO
(Art. 16 da IN 20 TCE-SC)

ANEXO VII

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da unidade jurisdicionada, destacando a estrutura orgânica e de pessoal (descrição, natureza e quantidade de cargos da unidade); procedimentos de controle e monitoramento adotados; forma/meio de comunicação e integração entre as unidades

a) Estrutura Orgânica do Sistema de Controle Interno

O Sistema de Controle Interno da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Agronômica foi instituído pela Lei Complementar nº 631, de 03 de dezembro de 2002 em conformidade com o art. 31 da Constituição Federal de 1988.

A Lei Complementar nº631/2002 sofreu algumas alterações em sua redação através da Lei Complementar nº15/2003 de 11/11/2003 e Lei nº671/2004 de 27/10/2004. E assim, o Sistema de Controle Interno do município tem a seguinte estrutura:

I - Órgão Colegiado, assim constituído:

- Responsável pela Contabilidade do Município;
- Diretor do Deptº de Administração;
- Diretor do Deptº de Educação;
- Diretor do Deptº de Planejamento;
- Diretor do Deptº de Saúde;
- Diretor do Deptº do Agricultor;
- Diretor do Deptº de Obras;
- Um servidor efetivo do poder Executivo;
- Um servidor do Poder Legislativo.

II – Unidade Operacional:

- Agente de Controle Interno



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

b) Estrutura Pessoal do Sistema de Controle Interno:

I - Órgão Colegiado:

Um novo projeto de lei está em tramitação para aprovação na Câmara de Vereadores, que trata especificamente da organização do Órgão Central de Controle Interno e regulamenta a estrutura do órgão colegiado no município.

II – Unidade Operacional:

A Unidade Operacional é composta pelo cargo de “Agente de Controle Interno”. E sua natureza jurídica do vínculo empregatício para como município é de provimento efetivo

A nomeação do Agente de Controle Interno deu-se em 30/07/2019 através da Portaria N.º 285/2019

Porém, em 22/03/2013 entrou em vigor a Lei Complementar nº77/2013 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município, onde prevê em seu artigo 3º que a Controladoria Geral do município de Agronômica ocupa um dos níveis diretivos da Administração Pública, subordinada hierarquicamente ao Chefe do Poder Executivo e é composta pelo Controle Interno, que lhe compete desenvolver as seguintes atividades, conforme previstas em seu art. 8º:

Servidor	Cargo	Atribuições no Controle Interno
Jorge Alberto Aguiar	Agente de Controle Interno	I - Assistir diretamente ao Chefe do Poder Executivo; II - Acompanhar das ações administrativas e financeiras; III – Realizar auditoria patrimonial, da execução orçamentária, financeira e de atos de pessoal entre outros; IV – Emitir pareceres e relatórios internos e para atender órgãos externos de fiscalização; V - Desenvolver ações de prevenção e combate a corrupção; VI – Realizar atividades de Ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Ademais, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº129/2018 de 12/11/2018, ficou acrescida as seguintes atribuições ao cargo de Agente de Controle Interno:

“Contribuir para o aprimoramento da gestão pública, orientando os responsáveis quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;

Acompanhar, supervisionar e avaliar: a) o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento do Município; b) os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, e da aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado; c) o cumprimento dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar; d) a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores; e) o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores; f) o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores; g) a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do ente da federação, em consonância com o artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores;

Supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Município;

Avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelece o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores;

Fiscalizar o cumprimento do limite de gastos totais do Poder Legislativo Municipal;

Emitir relatório sobre a execução dos orçamentos que deve ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo, em atendimento ao disposto no artigo 47, parágrafo único, e no artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 e suas alterações posteriores;

Promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade;

Realizar a fiscalização do cartão ponto dos servidores, devendo comunicar o Chefe do Poder quando constatar o descumprimento reiterada da jornada de trabalho;



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Atuar como fiscal da lei junto aos processos disciplinares;

Verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores para a concessão de renúncia de receitas;

Organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;

Dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos e bens públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade causadora de dano ao erário;

Realizar exame e avaliação da prestação de contas anual do órgão ou entidade e dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório e parecer;

Emitir parecer sobre a legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

Manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidades ou ilegitimidades constatadas, concordando ou não com a conclusão da análise feita pela unidade competente, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;

Representar ao Tribunal de Contas quando a autoridade administrativa não adotar as providências para correção de irregularidade ou instauração de tomada de contas especial;

Prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;

Coordenar e promover a remessa de dados e informações das unidades sob seu controle, exigidos pelo Tribunal, em meio informatizado ou não;

Receber notificação de alerta emitida por meio dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;

Acompanhar a atualização do rol de responsáveis do órgão ou entidade sob seu controle;

Verificar a correta composição da prestação de contas anual;



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Supervisionar a divulgação da prestação de contas de gestão na internet, na forma e prazos estabelecidos pela Legislação;

Emitir Instruções Normativas sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais, para a administração pública, limitado hierarquicamente aos atos dos Poderes Executivo e Legislativo;

Proceder todos os controles necessários destinados a garantir o cumprimento dos princípios constitucionais, zelando pela probidade administrativa, envio de declarações aos diversos órgãos de controles quando exigido ou solicitado.”

O município não dispõe de um organograma. Esta Controladoria já apresentou uma sugestão de organograma e levou ao conhecimento dos responsáveis. Estamos no aguardo da sua efetivação

c) Procedimentos de Controles adotados:

Os procedimentos de controles adotados pelo Sistema de Controle Interno do município compreendem:

- Aprovação de instruções normativas;
- Emissão de Pareceres;
- Emissão de Atos Internos de natureza notificatória ou informativa.

Dentre o rol de procedimentos de controles adotados ao longo do exercício de 2019, pode-se destacar, conforme quadro abaixo:

PARECERES DE ADIANTAMENTOS

Data	Espécie	Finalidade
20/03/2019	Prestação de Contas nº 01/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalva”.
08/04/2019	Prestação de Contas nº 02/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”.
24/04/2019	Prestação de Contas nº 03/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

16/05/2019	Prestação de Contas nº 04/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalva”.
18/06/2019	Prestação de Contas nº 05/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular”.
23/07/2019	Prestação de Contas nº 06/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular”.
23/07/2019	Prestação de Contas nº 07/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular”
29/08/2019	Prestação de Contas nº 08/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalva”.
17/09/2019	Prestação de Contas nº 09/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalva”.
30/10/2019	Prestação de Contas nº 10/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalva”.
18/11/2019	Prestação de Contas nº 11/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalva”.
22/11/2019	Prestação de Contas nº 12/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular”.
06/12/2019	Prestação de Contas nº 13/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”.
09/12/2019	Prestação de Contas nº 14/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”.
13/12/2019	Prestação de Contas nº 15/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”.
17/12/2019	Prestação de Contas nº 16/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”.
18/12/2019	Prestação de Contas nº 17/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular”
19/12/2019	Prestação de Contas nº 18/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”.
20/12/2019	Prestação de Contas nº 19/2019	Apreciação de PC de Adiantamentos Concedidos “Regular com Ressalvas”.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

PARECERES DE ADMISSÕES

Data	Espécie	Finalidade
07/01/19	Admissão de Pessoal nº 01/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”
08/01/19	Admissão de Pessoal nº 02/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”
08/01/19	Admissão de Pessoal nº 03/2019 Cargo Efetivo: Agente de saúde	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
08/01/19	Admissão de Pessoal nº 04/2019 Cargo Comissionado: Diretor adjunto	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
08/01/19	Admissão de Pessoal nº 05/2019 Cargo Comissionado: Chefe administrativo	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
10/01/19	Admissão de Pessoal nº 06/2019 Cargo Comissionado: Chefe administrativo	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
15/01/19	Admissão de Pessoal nº 07/2019 Cargo Comissionado: Diretor de departamento	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
18/01/19	Admissão de Pessoal nº 08/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
18/01/19	Admissão de Pessoal nº 09/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
18/01/19	Admissão de Pessoal nº 10/2019 Contratação Temporária: Auxiliar de sala	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
18/01/19	Admissão de Pessoal nº 11/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
18/01/19	Admissão de Pessoal nº 12/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
18/01/19	Admissão de Pessoal nº 13/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
18/01/19	Admissão de Pessoal nº 14/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

22/01/19	Admissão de Pessoal nº 15/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
21/01/19	Admissão de Pessoal nº 16/2019 Cargo Comissionado: Diretor de escola	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
25/01/19	Admissão de Pessoal nº 17/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
25/01/19	Admissão de Pessoal nº 18/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
25/01/19	Admissão de Pessoal nº 19/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
25/01/19	Admissão de Pessoal nº 20/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
25/01/19	Admissão de Pessoal nº 21/2019 Contratação Temporária: Auxiliar de sala	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
25/01/19	Admissão de Pessoal nº 22/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
25/01/19	Admissão de Pessoal nº 23/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
28/01/19	Admissão de Pessoal nº 24/2019 Contratação Temporária: Auxiliar de sala	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
31/01/19	Admissão de Pessoal nº 25/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Desfavorável”
31/01/19	Admissão de Pessoal nº 26/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
31/01/19	Admissão de Pessoal nº 27/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
31/01/19	Admissão de Pessoal nº 28/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
31/01/19	Admissão de Pessoal nº 29/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
31/01/19	Admissão de Pessoal nº 30/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

01/02/19	Admissão de Pessoal nº 31/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
05/02/19	Admissão de Pessoal nº 32/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
05/02/19	Admissão de Pessoal nº 33/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
05/02/19	Admissão de Pessoal nº 34/2019 Cargo Comissionado: Diretor de departamento	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
14/02/19	Admissão de Pessoal nº 35/2019 Cargo Comissionado: Chefe administrativo	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
20/02/19	Admissão de Pessoal nº 36/2019 Cargo Comissionado: Chefe de setor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
27/02/19	Admissão de Pessoal nº 37/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
08/03/19	Admissão de Pessoal nº 38/2019 Contratação Temporária: Auxiliar de sala	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
18/03/19	Admissão de Pessoal nº 39/2019 Contratação Temporária: Auxiliar de sala	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
19/03/19	Admissão de Pessoal nº 40/2019 Cargo Comissionado: Diretor adjunto	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
27/03/19	Admissão de Pessoal nº 41/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
01/04/19	Admissão de Pessoal nº 42/2019 Cargo Comissionado: Diretor de departamento	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
04/04/19	Admissão de Pessoal nº 43/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
15/04/19	Admissão de Pessoal nº 44/2019 Cargo Comissionado: Diretor adjunto	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
18/04/19	Admissão de Pessoal nº 45/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

03/05/19	Admissão de Pessoal nº 46/2019 Contratação Temporária: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
16/05/19	Admissão de Pessoal nº 47/2019 Cargo Comissionado: Diretor adjunto	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
17/06/19	Admissão de pessoal nº 48/2019 Cargo Efetivo: Agente profissional	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
25/06/19	Admissão de Pessoal nº 49/2019 Cargo Efetivo: Operador de trator	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
02/07/19	Admissão de Pessoal nº 50/2019 Cargo Efetivo: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
04/07/19	Admissão de Pessoal nº 51/2019 Cargo Comissionado: Chefe de setor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”
04/07/19	Admissão de Pessoal nº 52/2019 Cargo Efetivo: Contador	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
25/07/19	Admissão de Pessoal nº 53/2019 Cargo Efetivo: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
29/07/19	Admissão de Pessoal nº 54/2019 Cargo Efetivo: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
31/07/19	Admissão de Pessoal nº 55/2019 Cargo Comissionado: Chefe de setor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
02/08/19	Admissão de Pessoal nº 56/2019 Contratação Temporária: Auxiliar de sala	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”.
08/08/19	Admissão de Pessoal nº 57/2019 Cargo Efetivo: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
13/08/19	Admissão de Pessoal nº 58/2019 Cargo Comissionado: Chefe de setor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”.
23/08/19	Admissão de Pessoal nº 59/2019 Cargo Efetivo: Agente de Controle Interno	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
02/09/19	Admissão de Pessoal nº 60/2019 Cargo Efetivo: Motorista	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
16/09/19	Admissão de Pessoal nº 61/2019 Cargo Comissionado: Chefe administrativo	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

23/09/19	Admissão de Pessoal nº 62/2019 Cargo Efetivo: Motorista	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
04/10/19	Admissão de Pessoal nº 63/2019 Cargo Comissionado: Chefe de setor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
08/10/19	Admissão de Pessoal nº 64/2019 Cargo efetivo: Motorista	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
11/10/19	Admissão de Pessoal nº 65/2019 Cargo Efetivo: Técnico em vigilância sanitária	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
11/10/19	Admissão de Pessoal nº 66/2019 Cargo Efetivo: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
15/10/19	Admissão de Pessoal nº 67/2019 Cargo Efetivo: Médico Clínico Geral	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
22/10/19	Admissão de Pessoal nº 68/2019 Cargo Comissionado: Diretor adjunto	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
31/10/19	Admissão de Pessoal nº 69/2019 Cargo Efetivo: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”.
05/11/19	Admissão de Pessoal nº 70/2019 Cargo efetivo: Professor	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.
13/11/19	Admissão de Pessoal nº 71/2019 Cargo Comissionado: Diretor adjunto	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável com Ressalva”.
18/11/19	Admissão de Pessoal nº 72/2019 Cargo efetivo: Motorista	Apreciação de Legalidade de Admissão de Pessoal “Favorável sem Ressalva”.

Forma/meio de comunicação/integração entre as unidades

Nem todas as unidades administrativas possuem rotinas de procedimentos. É um desafio constante organizar e elaborar rotinas de procedimentos para seguir uma lógica estruturada que otimizem os processos setoriais. Esta Controladoria tem se esforçado para contribuir nesse sentido.

A Unidade de Controle Interno registrou ao longo de 2019 os seguintes atos para certificar suas orientações e alertas:

Data	Espécie	Finalidade
22/01/2019	Ato nº 01/2019	Alerta sobre obrigatoriedade de emitir Parecer do Conselho do FUNDEB referente a aplicação dos recursos do fundo no exercício



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

		de 2018
22/01/2019	Ato nº 02/2019	Alerta sobre a obrigatoriedade de emitir o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, referente a avaliação da aplicação dos recursos destinados a alimentação escolar e do relatório anual de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE no exercício de 2018
22/01/2019	Ato nº 03/2019	Alerta sobre a obrigatoriedade de emitir o Parecer do CMDCA referente a avaliação sobre o cumprimento do Plano de Ação e do Plano de Aplicação na execução dos recursos do FIA- Fundo Municipal da Infância e Adolescência no exercício de 2018.
22/01/2019	Ato nº 04/2019	Alerta sobre a obrigatoriedade de emitir o Parecer do Conselho Municipal de Saúde a partir da apreciação do relatório de gestão elaborado pelo Poder Executivo no exercício de 2018.
22/01/2019	Ato nº 05/2019	Alerta sobre a obrigatoriedade de emitir o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social sobre a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social – exercício de 2018.
22/01/2019	Ato nº 06/2019	Alerta sobre a obrigatoriedade de emitir o Parecer do Conselho Municipal dos Idosos sobre as políticas voltadas aos idosos no exercício de 2018.
28/01/2019	Ato nº 07/2019	Repasse da Nota Técnica nº 02/2019 emitida pela FECAM ref. a atualização do Piso do Magistério
28/01/2019	Ato nº 08/2019	Repasse do material que divulga o resultado do 2º levantamento sobre o Monitoramento da taxa de atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade que frequentaram creches e pré-escolas em âmbito municipal, no ano de 2017
29/01/2019	Ato nº 09/2019	Alerta sobre o impedimento de contratar servidores em caráter temporário para substituir servidores que estejam em licença sem vencimento.
05/02/2019	Ato nº 10/2019	Solicitação de dados atualizados do Plano Municipal de Educação.
15/02/2019	Ato nº 11/2019	Alerta para o cumprimento do Decreto nº018/2018 de 06/03/2018.
26/02/2019	Ato nº 12/2019	Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo dos Comunicados recebido através da Sala Virtual do sistema E-sfinge do TCE/SC.
26/02/2019	Ato nº	Dar ciência ao Chefe do Poder Legislativo dos Comunicados



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

	13/2019	recebido através da Sala Virtual do sistema E-sfinge do TCE/SC
27/02/2019	Ato nº 14/2019	Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo dos Comunicados recebido através da Sala Virtual do sistema E-sfinge do TCE/SC.
26/03/2019	Ato nº 15/2019	Dar ciência da obrigatoriedade de preencher os questionários referentes ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM/SC, promovido pelo TCE/SC. A saber: * “2019 - Questionário IEGM: i-Planejamento”; * “2019 - Questionário IEGM: i-Cidade”; * “2019 - Questionário IEGM: i-Amb”.
26/03/2019	Ato nº 16/2019	Dar ciência da obrigatoriedade de preencher os questionários referentes ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM/SC, promovido pelo TCE/SC. A saber: * “2019 - Questionário IEGM: i-Fiscal”; * “2019 - Questionário IEGM: i-GovTI”.
26/03/2019	Ato nº 17/2019	Dar ciência da obrigatoriedade de preencher o questionário referente ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM/SC, promovido pelo TCE/SC. A saber: “2019 - Questionário IEGM: i-Educ”;
26/03/2019	Ato nº 18/2019	Dar ciência da obrigatoriedade de preencher o questionário referente ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM/SC, promovido pelo TCE/SC. A saber: “2019 - Questionário IEGM: i-Saúde”;
29/04/2019	Ato nº 19/2019	Repassar o Ofício Circular TC/GAP/n.006/2019.
29/04/2019	Ato nº 20/2019	Repassar o Ofício Circular TC/GAP/n.006/2019.
17/05/2019	Ato nº 21/2019	Repassar Nota Técnica N.05/2019 emitida pela FECAM.
17/05/2019	Ato nº 22/2019	Repassar informações a respeito do FIA.
20/05/2019	Ato nº 23/2019	Repassar informações recebidas do Sr. Valmir Batista da AMAVI referentes a implantação e implementação das ouvidorias nos municípios.
20/05/2019	Ato nº 24/2019	Repassar informações recebidas do Sr. Valmir Batista da AMAVI referentes a implantação e implementação das ouvidorias nos



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

		municípios.
21/05/2019	Ato nº 25/2019	Obrigatoriedade do Poder Executivo estabelecer a “Limitação de Empenho”
31/05/2019	Ato nº 26/2019	Repassar informações importantes sobre “Ouvidoria e Carta de Serviços”.
04/06/2019	Ato nº 27/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
04/06/2019	Ato nº 28/2019	Repassar documento recebido da sala virtual do TCE/SC.
04/06/2019	Ato nº 29/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
04/06/2019	Ato nº 30/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
04/06/2019	Ato nº 31/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
11/06/2019	Ato nº 32/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
11/06/2019	Ato nº 33/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
27/06/2019	Ato nº 34/2019	Solicitação dos documentos referentes ao diferimento das inscrições dos Conselheiros Tutelares.
08/07/2019	Ato nº 35/2019	Solicitação de Relatório das “Despesas pagas”, consideradas como Ações e serviços de Saúde do Município para fins de Limite Constitucional: Gastos com Saúde.
18/07/2019	Ato nº 36/2019	Solicitação de Relação dos Servidores que foram remunerados pelo Fundo Municipal de Saúde nos meses de abril e maio/2019, incluindo os encargos sociais.
19/07/2019	Ato nº 37/2019	Solicitação de informações referentes ao registro de frequência dos servidores da Prefeitura.
22/07/2019	Ato nº 38/2019	Repassar informações referente a publicação no diário oficial do TCE/SC.
26/07/2019	Ato nº 39/2019	Solicitar atualização dos dados da Relação de Veículos (em anexo) da frota do município.
12/08/2019	Ato nº 40/2019	Solicitar informações ao Setor para atender ao questionário online proposto pela Diretoria de Controle de Gestão do TCE/SC.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

13/08/2019	Ato nº 41/2019	Alerta da obrigatoriedade de identificação expressa de todos os carros oficiais do município.
15/08/2019	Ato nº 42/2019	Solicitação do Processo Licitatório “Inexigibilidade nº01/2019 da entidade: Prefeitura Municipal de Agronômica.
20/08/2019	Ato nº 43/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
20/08/2019	Ato nº 44/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
20/08/2019	Ato nº 45/2019	Repassar documentos recebidos da sala virtual do TCE/SC.
28/08/2019	Ato nº 46/2019	Notificação referente à inobservância no processo licitatório “Nº 07/2019 – Dispensa de licitação 01/2019 de 07/02/2019.”
29/08/2019	Ato nº 47/2019	Notificação referente aos procedimentos necessários e legais nas prestações de contas de adiantamento.
04/09/2019	Ato nº 48/2019	Notificação referente Relatório Nº 31/2019 e da Decisão Singular – GAC/LRH – 168/2019 proferida pelo TCE/SC.
04/09/2019	Ato nº 49/2019	Notificação referente Relatório Nº 31/2019 e da Decisão Singular – GAC/LRH – 168/2019 proferida pelo TCE/SC.
04/09/2019	Ato nº 50/2019	Notificação referente Relatório Nº 31/2019 e da Decisão Singular – GAC/LRH – 168/2019 proferida pelo TCE/SC.
06/09/2019	Ato nº 51/2019	Notificação referente Informe Educação Ofício TC/GAP 16.309/2019
06/09/2019	Ato nº 52/2019	Notificação referente Informe Educação Ofício TC/GAP 16.309/2019
15/10/2019	Ato nº 53/2019	Notificação referente análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação
15/10/2019	Ato nº 54/2019	Notificação referente análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação
18/10/2019	Ato nº 55/2019	Notificação referente à recomendação do TCE em adotar providências junto ao setor Contábil sobre a irregularidade na contabilização de receitas e disponibilização de informações.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

06/11/2019	Ato nº 56/2019	Notificação referente ao cumprimento da Estratégia 18.1 da Meta nº 18 do Plano Nacional de Educação.
11/12/2019	Ato nº 57/2019	Notificação referente aos procedimentos necessários e legais nas prestações de contas de adiantamento
17/12/2019	Ato nº 58/2019	Notificação referente ao pagamento desnecessário de gratificação a servidor

Para uma maior integração entre os setores, a Controladoria Interna esteve presente em diversas reuniões promovidas pelos setores da Administração Pública:

Data	Finalidade
05/02/2019	Participação da reunião do Conselho do FUNDEB. Na oportunidade foi realizado o Parecer do Conselho em relação a prestação de contas de 2018;
07/02/2019	Participação da reunião com os motoristas do Departamento de Educação.
08/02/2019	Participação da reunião do Conselho do Idoso. Entre os diversos assuntos discutidos e deliberados estava a emissão do Parecer do Conselho sobre a aplicação dos recursos ao longo de 2018 com as políticas voltadas ao idoso do município (anexo);
19/02/2019	Participação da reunião do Conselho de Alimentação Escolar. Entre os diversos assuntos discutidos e deliberados estava a emissão do Parecer do Conselho sobre a aplicação dos recursos ao longo de 2018 com a alimentação escolar (anexo);
11/03/2019	Participação da 2ª Conferencia Municipal da Pessoa Idosa, onde foi abordado o tema: “Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas”.
30/05/2019	Participação da reunião da comarca do Conselho Tutelar no município de Aurora/SC. A participação deu-se por convite do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dada a importância da temática da reunião: Eleições Unificadas do Conselho Tutelar 2019, a ser conduzida pelo Promotor da Infância e Juventude da Comarca de Rio do Sul, Dr. Eduardo Chinato Ribeiro



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

11/06/2019	Participação da reunião do Conselho Municipal da Cultura. Na pauta da reunião: Criação do Regimento Interno do Conselho; necessidade de alterar a legislação municipal da Cultura; resumo do 9º Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura realizado em Garopaba e o Fórum Regional de Cultura a ser realizado em agosto de 2019 no município de Trombudo Central;
14/06/2019	A convite do Responsável pelo Setor Pessoal da Prefeitura, a Controladoria Interna participou da reunião do Colegiado de Recursos Humanos da AMAVI, com a seguinte ordem do dia: <ul style="list-style-type: none">✓ E-Social - qualificação cadastral em lote (Luiz Antônio – José Boiteux);✓ Ampliação do CHECKLIST para o RH;✓ Discussão da Medida Provisória nº 873/2019.
09/08/2019	Participação da reunião do Conselho Municipal do Idoso nas dependências da Unidade de Saúde.
06/09/2019	Participou da reunião do Conselho Municipal do Idoso nas dependências da Unidade de Saúde.
30/09/2019	Participação da Audiência Pública das metas fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2019, na Câmara de Vereadores do Município.
23/10/2019	Participação da 5ª Conferência Municipal Democrática de Assistência Social no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora Do Caravaggio, no período da manhã, com a presença da facilitadora Danielle Cristina Zanella para auxiliar nas deliberações dos 3 eixos da Assistência Social. Na ocasião, o Controlador foi eleito Delegado Governamental Titular, para representar o Município de Agronômica na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social em Florianópolis;
11 e 12/11/2019	Participação da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, na cidade de Florianópolis/SC, fazendo jus a eleição para delegado representante do município de Agronômica na 5ª Conferência Municipal Democrática de Assistência Social;

E ainda, para capacitações, busca de orientações e treinamentos, a Controladoria Interna participou dos seguintes eventos:



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Data	Finalidade
08/02/2019	Participação da palestra intitulada: “Aprendizagens do Professor ministrada pelo Doutorado: Sr. Júlio Cesar Furtado dos Santos e promovida pela AMAVI, no município de Rio do Sul.
15/02/2019	Participação da Assembleia Geral Ordinária em Rio do Sul convocada pelo Colegiado dos Controladores Internos da região da AMAVI com as seguintes deliberações: <ul style="list-style-type: none">✓ Avaliar fechamento do exercício de 2018;✓ Plano de Trabalho de 2019;✓ Plano Municipal de Educação e integração com Orçamento Municipal;✓ Regulamentação das Ouvidorias;✓ Publicação dos Relatórios da IN-20 do TCE/SC;✓ Apresentação minuta da Instrução Normativa dos Checklist;
16/07/2019	Participação do 19º Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal - Etapa Rio do Sul - Sala de Controle Interno e em 22/07/2019 respondeu ao Instituto de Contas do TCE/SC o questionário referente a avaliação do Ciclo;
07/08/2019	Visitação ao TCE/SC e participação do Programa Portas Abertas
12/08/2019	Participação da Assembleia Geral Ordinária do Colegiado CONCONTROLE, no Auditório da AMAVI, em Rio do Sul, onde foram apreciados e deliberados os seguintes assuntos: <ul style="list-style-type: none">✓ Discussão sobre temas tratados no Ciclo de Estudos do TCE/SC;✓ Ouvidorias Municipais (encaminhamentos);✓ Discussão sobre a implantação do Checklist no Sistema de Controle;✓ Sistema de Notificação Eletrônica de Multas da Polícia Rodoviária Federal;✓ Hora atividade do segundo professor;✓ Assuntos Gerais.
04/11/2019	Participação da Assembleia Geral Ordinária do Colegiado CONCONTROLE, no Auditório da AMAVI, em Rio do Sul



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

II – Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno, incluindo as auditorias realizadas

O Sistema de Controle Interno e Auditoria, no cumprimento de sua missão precípua de zelar para que a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da despesa e da receita públicas ocorra segundo os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, efetividade e economicidade e em cumprimento ao art. 22, inciso IX da Instrução Normativa nº20/2015 do TCE/SC que diz: “*Em apoio ao controle externo, os órgãos de controle interno devem: (...) IX - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios quando solicitado*” planejou para o exercício de 2019 os seguintes trabalhos de auditorias:

Auditorias realizadas em 2019

Departamento	Auditorias	Período planejado	Período realizado
Deptº de Administração	“Concurso Público”, verificando a presença de todas as informações do Edital, conforme exigências do Anexo VII da Instrução Normativa 11/2011	Março	Março
Deptº de Planejamento	“Isenções de IPTU, verificando a regularidade das isenções concedidas aos aposentados para o ano de 2019.	Março	Março
Deptº Municipal de Educação (Merenda Escolar)	“Programa da Merenda Escolar”, abordando as condições de armazenamento, guarda, conservação e preparação dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos escolares e a checagem da qualidade dos produtos dos gêneros alimentícios.	Abril	Setembro
Deptº Municipal de	“Programa de Transportes Escolar”,	Maio	Maio



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Educação (Transporte Escolar)	verificando a disponibilidade de veículos em quantidade e capacidades suficientes para o transporte de escolares com segurança		
Deptº de Administração (Licitação)	“Processos Licitatórios”, verificando o processo licitatório realizado incluindo a modalidade Pregão Presencial, abordando seus procedimentos operacionais e legais	Junho	Junho
Deptº de Administração (Contabilidade)	“Despesas empenhadas”, verificando se as mesmas são consideradas como Ações e serviços de Saúde do Município para fins de Limite Constitucional: Gastos com Saúde.	Julho	Julho
Deptº de Saúde	“Diárias”, verificando a regularidade dos processos de diárias no âmbito da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde, em observância as normas da Instrução Normativa Nº14/2012 do TCE/SC.	Agosto	Outubro
Deptº Municipal de Administração (Licitação)	“Processos Licitatórios”, verificando o processo licitatório realizado incluindo as dispensas e inexigibilidade de licitação, abordando seus procedimentos operacionais e legais.	Outubro	Agosto

Auditorias Planejadas para 2019, porém, não realizadas por motivo de força maior

Departamento	Auditorias	Período planejado
Deptº de Administração. (Recursos Humanos)	“Registro de Frequência”, verificando se o registro de frequência dos servidores está adequadamente preenchido.	Novembro/2019
Deptº de Saúde	“Programa Assistência Farmacêutica Básica”, verificando	Dezembro/2019



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

(Farmácia)	a distribuição final de Medicamentos conforme orientações do Ministério da Saúde, ANVISA e demais órgãos.	
Câmara de Vereadores	Procedimentos Operacionais, verificando a legalidade, eficiência, eficácia e economicidade dos atos de gestão do Poder Legislativo.	Setembro/2019

Auditorias não planejadas para 2019, mas foram realizadas

Departamento	Auditorias	Período realizado
Câmara de Vereadores	“Processo Licitatório” na modalidade Tomada de Preços	Setembro/2019
Coordenadoria de Assistência Social	Controle e organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Novembro/2019
Deptº de Educação	Verificação da proporção de professores efetivos x ACT's	Novembro/2019

Acompanhamento bimestralmente/quadrimestralmente dos índices exigidos pela legislação:

A Controladoria Interna acompanhou quadrimestralmente os seguintes índices exigidos pela legislação vigente:

Despesa com Pessoal/LRF
Limites com Despesa de Pessoal (Município = Consolidado)
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20) - 60% da RCL;
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22) - 57% da RCL;
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59) - 54% da RCL.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Limites com Despesa de Pessoal (Executivo)
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20) - 54% da RCL;
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22) - 51,30% da RCL;
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59) - 48,6% da RCL.

Limites com Despesa de Pessoal (Legislativo)
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20) - 6% da RCL;
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22) - 5,70% da RCL;
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59) – 5,4% da RCL. Constituição Federal:

Despesa com Ensino/LRF

Mínimo 25% em Ensino: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Assim, esta Controladoria acompanhou ao longo de 2019 a aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Mínimo 60% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício: “A remuneração compreende o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação em decorrência do efetivo exercício de cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador”.

Assim, esta Controladoria acompanhou ao longo de 2019 a aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Despesa com Saúde/LRF



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Mínimo 15% em Saúde: “De acordo com o Art. 77 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional 29/2000 de setembro de 2000, os Municípios devem aplicar 15% das receitas provenientes de impostos em ações e serviços públicos de saúde”.

Assim, esta Controladoria acompanhou ao longo de 2019 a aplicação do percentual aplicado em saúde.

Repassa as informações via sistema e-sfinge

“O Sistema E-sfinge é um importante aplicativo desenvolvido pelo TCE/SC, na medida em que unifica as bases de dados, permite melhor gerenciamento das informações por parte da área técnica, possibilita a elaboração de mais e melhores relatórios técnicos, além de aliar-se ao conceito da sustentabilidade, com significativa redução do uso do papel”.

Ao longo do exercício de 2019 foram repassadas as informações bimestrais referentes as diversas unidades gestoras. Há de se ressaltar que diversas foram as dificuldades encontradas na operacionalização do sistema e por isso não foi possível o repasse das informações bimestralmente em seu tempo hábil.

Acompanhamento Orçamentário

“O orçamento é o instrumento utilizado pelo Governo Municipal para definir como os recursos arrecadados dos cidadãos por meio dos tributos (impostos, taxas, etc.) serão aplicados em projetos e políticas públicas, visando o melhor atendimento de necessidades ou de demandas da sociedade”.

O resultado entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas é o mais importante na avaliação financeira na gestão pública. Por isso o Controle Interno do município fez o acompanhamento ao longo de 2019 da situação orçamentária do município.

E ainda, acompanhou a abertura dos créditos adicionais, verificando os seguintes aspectos em cumprimento ao que preconiza a Lei nº4.320/64:

- A abertura através de Decreto do Executivo;
- Destinadas para reforçar dotações orçamentárias;
- Existência de recursos disponíveis;
- Existência de exposição justificativa.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Acompanhamento dos relatórios: RREO e RFG

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal - RGF são relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e são compostos de demonstrativos cujos modelos estão definidos no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, elaborado pela STN que devem ser publicados em tempo hábil.

A Controladoria Interna acompanhou no Poder Executivo e no Poder Legislativo, a cada bimestre, a publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, bem como a cada quadrimestre, a publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, disponibilizados estes na Home Page da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.

Acompanhamento das Metas Bimestrais de Arrecadação:

Através do Decreto nº 05/2019 de 15/01/2019 ficou instituída a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso para o exercício de 2019, para atender o disposto nos artigos 8º e 13º da Lei Complementar nº101 de 04/05/2000.

Período	Prevista na LOA R\$	Realizada até o bimestre	Diferença	Alcançada / Não alcançada
Até o 1º Bimestre	3.975.710,59	3.158.882,00	-816.828,59	Não Alcançada
Até o 2º Bimestre	7.951.421,19	6.514.951,50	-1.436.469,69	Não Alcançada
Até o 3º Bimestre	11.927.131,79	9.798.006,56	-2.129.125,23	Não Alcançada
Até o 4º Bimestre	15.902.842,39	13.470.297,71	-2.432.544,68	Não Alcançada
Até o 5º Bimestre	19.878.552,99	16.527.254,09	-3.351.298,90	Não Alcançada
Até o 6º Bimestre	23.854.263,59	16.527.254,09	-7.327.009,50	Não Alcançada

Acompanhamento das Audiências Públicas das Metas Fiscais:

“A audiência pública é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal introduzida pela Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de permitir a participação da sociedade organizada nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

planejamento governamental e na avaliação do cumprimento das metas fiscais fixadas para cada quadrimestre (§4º do art. 9º e inciso I, § único do art. 48 da LRF, respectivamente).

As Audiências Pública das Metas Fiscais ocorreram em:

3º quadrimestre/2018: 25/02/2019
1º quadrimestre/2019: 30/05/2019
2º quadrimestre/2019: 30/09/2019
3º quadrimestre/2019: 27/02/2020

O Agente de Controle Interno verificou os seguintes procedimentos adotados com o advento das audiências públicas das metas fiscais:

- ✓ Registro em atas das decisões;
- ✓ Listagem de presença;
- ✓ Divulgação (convocação) e publicidade (mural oficial, meios eletrônicos);
- ✓ Pareceres das Comissões de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal;
- ✓ Arquivamento dos documentos pertinentes.

Acompanhamento das Audiências Públicas do PPA, LDO e LOA:

O Agente de Controle Interno verificou que houve a Realização das Audiências Públicas durante o processo de elaboração e de discussão do PPA, LDO e LOA, a saber:

Acompanhamento no Poder Legislativo

Transferências ao Poder Legislativo

Diante das Transferências Financeiras do Tesouro Municipal previstas à Câmara de Vereadores para o exercício de 2019 e conforme aprovado na Lei Orçamentária Nº 1136/2018 de 06/12/2018, o Agente de Controle Interno verificou ao longo do exercício de 2019 as transferências realizadas pela Prefeitura Municipal.

E assim, considerando o art. 29-A, § 2º da CF que diz:

§2º Constitui crime repasse que supere os limites definidos neste artigo:



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

- I – Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II – Não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III – Enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

O Agente de Controle Interno constatou bimestralmente os seguintes procedimentos administrativos:

- Cumprimento do Prazo Determinado para o repasse dos valores e o Repasse Devido dos valores mensais à Câmara de Vereadores:

DATA	VALOR
19/01/2019	91.500,00
20/02/2019	91.500,00
20/03/2019	91.500,00
20/04/2019	91.500,00
25/05/2019	91.500,00
20/06/2019	91.500,00
20/07/2019	91.500,00
20/07/2019	91.500,00
20/09/2019	91.500,00
23/10/2019	91.500,00
20/11/2019	91.500,00
19/12/2019	91.500,00
TOTAL	1.098.000,00

Movimentação Financeira do Poder Legislativo

A Agente de Controle Interno teve acesso mensalente ao Demonstrativo da Movimentação Financeira da Câmara de Vereadores para acompanhar toda a movimentação de valores, com base na entrada e saída dos recursos financeiros, bem como teve acesso ao Demonstrativo do Fluxo de Caixa, importante instrumento de avaliação da gestão pública.

Subsídios dos Agentes Políticos Municipais



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Subsídios dos Legisladores

“O subsídio dos Vereadores, para uma legislatura, deve ser fixado no último ano do mandato anterior, de acordo com o art. 29, VI, da Constituição Federal”. E *“Os subsídios dos agentes políticos devem ser fixados por meio de lei municipal” (art. 37, X, da Constituição Federal e Prejulgados nos 991 e 1214, do TCE/SC).* E ainda, *“O subsídio dos Vereadores deve ser fixado no último ano da legislatura para vigorar na legislatura seguinte”, conforme previsto no inciso VI do art. 29 da Constituição Federal.*

O Agente de Controle Interno observou os prazos legais e regimentais exigidos pela Constituição do Estado para a edição de lei e constatou a aprovação da Lei nº1.064 de 24/05/2016 que fixou os valores dos subsídios para os vereadores legislatura 2017-2020. Constatou também a aprovação da Lei nº1.065 de 24/05/2016 que fixou os subsídios do prefeito e vice-prefeito. E Lei Nº1.142/2019 de 27/03/2019 que estabeleceu o índice de revisão geral e o percentual de reajuste dos salários do período de 2018/2019.

III - Relação das irregularidades que resultaram em danos ou prejuízo, indicando os atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos; o valor do débito; as medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento; avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis; os responsáveis

Nas auditorias realizadas ao longo do exercício de 2019 foram encontradas impropriedades e falta de natureza formal, porém, não resultaram em danos ou prejuízo ao erário.

IV - Quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas e os respectivos resultados, com indicação de números, causas, datas de instauração, comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso

NADA A INFORMAR, pois não houve instauração de tomadas de contas especiais no exercício de 2019.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres, discriminando: volume de recursos transferidos; situação da prestação de contas dos recebedores do recurso; situação da análise da prestação de contas pela concedente

As transferências de recursos que ocorreram no ano de 2019, foram através de convênios e subvenções formalizados através de Leis Municipais.

Os recursos dessas transferências originam-se do Fundo Municipal de Assistência Social, e acontecem regularmente, conforme dispõe a lei que as regulamenta.

As espécies de transferências foram as seguintes:

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação)	Valor Anual Transferido (R\$)
CLUBE DAS MÃES - LAR DA MENINA	Convênio	Lei Municipal nº1.008/2014 de 26/08/2014	R\$ 30.000,00
APAE - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	Subvenção	Lei Municipal nº1.051/2015 de 15/12/2015	R\$ 20.400,00
ASILO DE VELHOS DE BRACO DO TROMBUDO	Subvenção	Lei Municipal nº 922/2012 de 04/05/2012	R\$ 52.815,60
TOTAL			R\$ 103.215,60

Na prefeitura há uma comissão interna avaliadora dos recursos repassados pela concedente, e também da prestação de contas e relatório de atendimento da concedida. No entanto, atualmente ela se encontra desestruturada e desatualizada. A Controladoria Interna vai emitir notificação alertando o poder executivo da necessidade de ativar efetivamente essa comissão, pois os relatórios e prestações de contas das entidades referente ao exercício de 2019 foram recebidos pela prefeitura, porém não estão sendo apreciados. Consequentemente, por não haver um prévio parecer de uma comissão, a Controladoria ainda não emitiu seu próprio parecer de análise da prestação de contas desses recursos do ano de 2019.

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada, incluindo as dispensas e inexigibilidades de licitação, identificando os critérios de seleção, quando a avaliação for por amostragem



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Os processos licitatórios são devidamente autuados, protocolados, numerados e arquivados devidamente em pastas no setor de licitações.

Os processos licitatórios realizados em 2019 foram:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

QUANTIDADE	MODALIDADE
49	PREGÕES
02	CHAMADA PÚBLICA
04	CONCORRÊNCIA PÚBLICA
04	CREDENCIAMENTO
02	DISPENSA
01	INEXIGIBILIDADE
02	TOMADA DE PREÇOS

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

QUANTIDADE	MODALIDADE
11	PREGÕES
04	CREDENCIAMENTO
01	INEXIGIBILIDADE
01	TOMADA DE PREÇOS

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

QUANTIDADE	MODALIDADE
02	PREGÕES

ENTIDADE: CÂMARA DE VEREADORES

QUANTIDADE	MODALIDADE
01	TOMADA DE PREÇOS

E para verificar se os processos estão de acordo com a legislação e se atenderam aos trâmites legais, a Controladoria do Município realizou as seguintes auditorias nos processos licitatórios:



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

1º PROCESSO AVALIADO

Processo	Objeto	Modalidade
PL nº 05/2019	Licitação Pregão Presencial nº 02/2019, homologada em 15/03/2019, na Prefeitura Municipal, referente ao seguinte objeto: <i>Registro de preços exclusivo para microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, para aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção do veículo Ford transit. 350l bus, placa MKJ 7393.</i>	Pregão

Comentários: A metodologia utilizada na verificação foi pelo preenchimento de checklist, conversações com servidores e a verificação de documentos pertinentes por amostragem. A técnica utilizada foi por análise documental e exame de atos formalizados e fundamentação legal.

Feitas as devidas verificações in loco, constatou-se o cumprimento da legislação vigente referente aos procedimentos administrativos na realização do Processo licitatório – modalidade Pregão.

2º PROCESSO AVALIADO

Processo	Objeto	Modalidade
PL nº 07/2019	Dispensa de Licitação nº 01/2019 homologada em 08/02/2019, na Prefeitura Municipal, referente ao seguinte objeto: <i>“Contratação de empresa para elaboração e aplicação de prova de Concurso Público para cargos em provimento efetivo e cadastro reserva para atender as necessidades de diversos setores da Prefeitura Municipal de Agronômica.”</i>	Dispensa de Licitação

Comentários: Os trabalhos exigiram a análise documental do referido Processo de Inexigibilidade disponibilizado pelo Setor de Licitações, o confronto da legislação pertinente e a troca de informações com os profissionais do Setor.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Feitas as devidas verificações in loco, constatou-se o cumprimento da legislação vigente referente aos procedimentos administrativos

3º PROCESSO AVALIADO

Processo	Objeto	Modalidade
PL nº 21/2019	Inexigibilidade de Licitação nº 01/2019, homologado em 07/05/2019, na Prefeitura Municipal, referente ao seguinte objeto: <i>“Contratação de show artístico com Badin, o Colono”</i>	Inexigibilidade de Licitação

Comentários: Os trabalhos exigiram a análise documental do referido Processo de Inexigibilidade disponibilizado pelo Setor de Licitações, o confronto da legislação pertinente e a troca de informações com os profissionais do Setor.

Feitas as devidas verificações in loco, constatou-se o cumprimento da legislação vigente referente aos procedimentos administrativos.

4º PROCESSO AVALIADO

Processo	Objeto	Modalidade
PL nº 01/2019 – Câmara de Vereadores	Licitação Tomada de Preços nº 01/2019, homologada em 16/09/2019, na Câmara de Vereadores, referente ao seguinte objeto: <i>“Contratação de empresa especializada para executar a reforma da sede da Câmara, com julgamento de Menor Preço Global.”</i>	Tomada de Preços

Comentários: A metodologia utilizada na verificação foi pelo preenchimento de checklist, conversações com servidores e a verificação de documentos pertinentes por amostragem. A técnica utilizada foi por análise documental e exame de atos formalizados e fundamentação legal.

Feitas as devidas verificações in loco, constatou-se o cumprimento da legislação vigente referente aos procedimentos administrativos na realização do Processo licitatório – Tomada de Preços.



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos, por meio de uma análise da situação do quadro de pessoal efetivo e comissionados, contratações temporárias, terceirizados, estagiários e benefícios previdenciários mantidos pelo tesouro ou regime próprio de previdência social - RPPS;

Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício no que tange às providências adotadas em cada caso e eventuais justificativas do gestor para o não cumprimento

Processo	Apontamento pelo TCE	Providências Gestor	Análise do Controle Interno
Notificações de alerta	Promover Limitação de Empenho e Movimentação Financeira, referente meta de arrecadação não alcançada nos bimestres do exercício	Permaneceu em vigor a Limitação de Empenho através Decreto n.º 042/2019 de 05/06/2019	Com essa atitude o Chefe do Poder Executivo buscou o equilíbrio das contas públicas.

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle, indicando: nº do Acórdão ou título executivo e data; nome do responsável; valor; situação do processo de cobrança, indicando data da inscrição em dívida ativa, ajuizamento e conclusão do processo



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

Processo Acórdão Título	Data	Gestor Responsável	Situação da cobrança	Data Inscrição em Dívida Ativa	Data Ajuizamento	Conclusão do Processo	Obs. Do Controle Interno
			Não há valores a informar				

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência, se houver, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a atualização da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas

Nada a declarar.

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do E-Sfinge

O e-sfinge é um instrumento destinado ao aperfeiçoamento da gestão do controle externo. Assim, as notificações de alerta gerados pelo Sistema informatizado e-sfinge foram repassados imediatamente aos responsáveis ao longo do exercício de 2019. Muitos foram os problemas encontrados ao longo do exercício na operacionalização do sistema, que por várias vezes ocasionou atrasos significativos no envio das remessas.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 desta Instrução Normativa

De acordo com o art. 74 da Constituição e no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Controle Interno da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Agronômica de forma geral,



UNIDADE OPERACIONAL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL
AGRÔNOMICA – SC

desenvolve suas atividades fiscalizadora preventiva, através da orientação e prestação de informações, buscando o atendimento das normas legais, atuando através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas informais e formais, concomitante ao longo da execução e subsequentemente após o ato financeiro, visando a sanar inconformidades ou deficiências administrativas detectadas, verificando a legalidade dos atos dos agentes públicos e administrativos, responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Executivo e Legislativo. Assim, as anotações, os relatos e os trabalhos da Controladoria Interna contribuem para acompanhar os procedimentos da administração, alertar o gestor de eventuais descumprimentos ou do risco destes acontecerem, sugerir soluções para evitar que as falhas ocorram ou corrigi-las a tempo, prevenindo assim eventuais práticas que venham a penalizar o gestor e/ou o ente público.

As atividades do Controle Interno do município são de caráter multidisciplinar, realizadas em equipe, com o espírito de cooperação entre os servidores e chefias. Os trabalhos dessa Controladoria tiveram como objetivo ao longo de 2019 acompanhar os procedimentos da administração, alertando o gestor e os servidores responsáveis de eventuais descumprimentos legais ou do risco destes acontecerem, sugerindo soluções para evitar que as falhas ocorram ou corrigindo a tempo, prevenindo assim eventuais práticas que venham a penalizar o gestor e os servidores.

A legislação municipal do Sistema de Controle Interno é de 2002, e não se encontra de acordo com as reais necessidades. A sua estrutura não condiz mais com a realidade. Porém, tendo em vista a participação desta Controladoria em cursos, palestras e outros eventos promovidos pela AMAVI, EGEM, FECAM, TCE/SC e Ministério Público, muitas discussões ocorreram e diversas propostas foram surgindo para adequá-la a nova realidade. Assim, com o apoio da AMAVI e através das reuniões mensais do Colegiado de Controladores Internos dessa associação foi elaborada uma proposta para atender os novos moldes para a Controladoria. Em 23/01/2019 o Agente de Controle Interno protocolou, junto a Assessoria Jurídica da municipalidade, um projeto de lei que dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno no município e dá outras providências. Aguarda-se, portanto, a sua aprovação e efetivação.

Jorge Alberto Aguiar

Agente de Controle Interno